JULIANA MARIA GIOVANELLA

O NEOLIBERALISMO E O PROCESSO DE DEPENDÊNCIA NA DÉCADA DE 90 NO BRASIL

Trabalho apresentado à Disciplina de Monografia, no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Wellington Pereira

CURITIBA

2010

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA MARIA GIOVANELLA

O NEOLIBERALISMO E O PROCESSO DE DEPENDÊNCIA NA DÉCADA DE 90 NO BRASIL

Monografia apresentada como requisito para graduação no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, avaliada pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Mestre Wellington da Silva Pereira
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Gabriel Porcile
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Paulo Mello Garcias
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 17 de junho de 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de viver, pela proteção e por todas as bênçãos alcançadas.

Agradeço a minha mãezinha que sempre me apoiou, incentivou e meu deu forças para continuar esta faculdade. Sou grata pelo empenho, pela dedicação e por todos os cafés que ela fazia enquanto eu estudava durante a madrugada. Com certeza esta vitória não é só minha, mas também é de minha mãe.

Agradeço ao professor Wellington Pereira, o qual leu e releu este trabalho. Reconheço a dedicação e o esforço em auxiliar da melhor forma possível. Com certeza a orientação foi muito proveitosa. Além disso, não posso esquecer de agradecer todas as correções de português, já que não foram poucas.

Agradeço ao Douglas Zielinski, pela compreensão e pelo apoio nesta fase tão importante da minha vida.

A Scheila Pierdoná agradeço pelo companheirismo, pelo auxílio e pelo carinho durante todos estes anos.

RESUMO

A partir da década de 90 inicia-se na América Latina o processo de abertura econômica, baseado no ideário neoliberal difundido pelo Consenso de Washington. O modelo de crescimento através da substituição de importações, utilizado desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a década de 80, apresentava sinais de esgotamento. Mesmo com as recomendações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a qual defendia o protecionismo estatal e incentivos à industrialização, persistia a situação de subdesenvolvimento nos países latino-americanos.

Com a elevação da taxa de juros dos Estados Unidos, o segundo choque do petróleo em 1979 e o problema da restrição externa, as economias periféricas altamente endividadas passaram a recorrer aos organismos multilaterais na busca por negociações das dívidas externas e por auxílios financeiros. Em contrapartida, as nações socorridas pelos órgãos internacionais deveriam adotar o neoliberalismo, o qual estava baseado em políticas de desregulamentação financeira, abertura comercial, privatizações e estabilização monetária.

Contudo, percebe-se que mesmo com as mudanças neoliberais nos anos 90, o Brasil apresentou baixo crescimento, vulnerabilidade frente às crises internacionais e problemas na distribuição de renda.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é identificar a intensificação do processo de dependência na década de 90, a partir da análise das medidas neoliberais adotadas pelo Brasil.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Dependência. Abertura comercial. Privatizações. Estabilização monetária. Desregulamentação.

ABSTRACT

In the 90's, a process of economic opening begins in Latin America, based on the neoliberal ideas spread by Washington Consensus. The model of growth through import substitution, used from the end of the Second World War until the 80's, showed signs of depletion. Even with the advices of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean, that defended state protectionism and industrialization stimuli, the Latin American countries remained underdeveloped.

The elevation of the interest rates in the United States, the second "oil price shock" in 1979 and the external restriction made the indebted economies resort to multilateral organs in search for negotiations of the external debt and financial help. In counterpart, the nations that received help from the international organs should adopt neoliberalism, which was based on financial de-regulamentation policies, commercial opening, privatizations and monetary stabilization.

However, one can see that even with the neoliberal changes from the 90's, Brazil presented a low rate of growth, vulnerability before the international crisis and problems with the distribution of income.

This way, the objective of this paper is to identify the intensification of the dependence process in the 90's, by analyzing the neoliberal measures that Brazil adopted.

Key words: neoliberalism, dependence, commercial opening, privatizations, monetary stabilization, de-regulamentation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **1**
2 DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO **3**
2.1 COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE 5
2.1.1 Industrialização 6
2.1.2 Deterioração dos termos de troca 7
2.2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CEPALINO 9
2.2.1 O debate sobre a industrialização (anos 50) 10
2.2.2 O enfoque na distribuição de renda (anos 60) 10
2.2.3 Intensificação das exportações e da redistribuição de renda (anos 70) 11
2.2.4 Ajustes para superar o endividamento (anos 80) 12
2.2.5 A transformação produtiva com foco na equidade (anos 90) 12
2.3 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA 13
2.4 O CONSENSO DE WASHINGTON 17
3 A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: O IDEÁRIO NEOLIBERAL **21**
3.1 A ABERTURA ECONÔMICA NOS ANOS 90 23
3.2 O CONTROLE DA INFLAÇÃO PROPORCIONADO PELO PLANO REAL 26
3.3 AS PRIVATIZAÇÕES BRASILEIRAS 27
4 OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DEPENDÊNCIA NO BRASIL **30**
5 REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS **35**

1 INTRODUÇÂO

A partir da década de 90 iniciou-se na América Latina o processo de ruptura entre o modelo de crescimento econômico fechado, baseado na industrialização, na substituição de importações e com um Estado forte, e o regime de economia aberta, influenciado pelo ideário neoliberal.

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948, visava elaborar estudos específicos para os países latino-americanos, com o objetivo de superar a condição de subdesenvolvimento da região. Para isto, a comissão defendia a substituição de importações e a adoção de políticas protecionistas, estimulando a formação de um parque industrial nacional. O desafio maior estava na tentativa de produzir dentro do país os bens que eram importados, proporcionando maior autonomia à nação.

Contudo, a elevação da taxa de juros dos Estados Unidos e o segundo choque do petróleo em 1979 ocasionaram impactos negativos sobre as economias periféricas, visto que o cenário mundial apresentava escassez de financiamento internacional e restrição externa.

Com a falta de recursos provenientes do exterior, as economias latino-americanas altamente endividadas passaram a recorrer aos organismos multilaterais, como o FMI, na busca por negociações das dívidas externas e por auxílios financeiros. Todavia, o país que fosse socorrido por estes órgãos deveria, em contrapartida, adotar as políticas de cunho neoliberal.

Na década de 80 o modelo de substituição de importações já estava esgotado. Percebia-se que mesmo com o esforço industrial as economias da América Latina sofriam com o excessivo endividamento externo, com a defasagem tecnológica e com a má distribuição de renda. Iniciou-se o debate sobre a busca por um novo modelo de desenvolvimento.

Neste contexto, surgiu em 1989 o Consenso de Washington, o qual sugeria reformas e políticas para a estabilização das economias em desenvolvimento, com foco principal na região latino-americana. Dentre as recomendações do Consenso destacam-se a abertura comercial, a desregulamentação econômica, o aumento da taxa de juros, a elevação da carga tributária e as privatizações. Em 1990 o neoliberalismo foi adotado pelo Brasil no governo de Collor e intensificado nos mandatos de FHC.

Percebe-se que a década de 90 foi um período de transformações para a economia brasileira. Iniciou-se a redução das barreiras de importação, a desregulamentação do mercado financeiro, as privatizações, o estímulo ao ingresso de capital estrangeiro através de elevadas taxas de juros e a busca pela estabilização monetária. Deste modo, torna-se necessário discutir as mudanças citadas para a análise dos efeitos da liberalização sobre a economia do país.

Como efeito positivo do neoliberalismo, destaca-se a redução da inflação através do Plano Real, o qual foi bem sucedido graças à abertura comercial, permitindo o aumento das importações. Com maior concorrência, os preços permaneciam estáveis, garantindo o controle inflacionário.

Por outro lado, percebe-se que o crescimento das importações prejudicou as empresas nacionais, as quais não estavam preparadas para competir com produtos estrangeiros devido ao baixo nível tecnológico.

Além disso, o aumento dos produtos importados foi acompanhado por baixos índices de exportação, gerando déficits comerciais e problemas nas contas do governo. Para financiar os desequilíbrios da balança de pagamentos, tornava-se necessário atrair capital externo através de altas taxas de juros. Contudo, os investimentos estrangeiros, em sua maioria, tinham caráter especulativo, tornando o país ainda mais vulnerável e dependente do exterior.

Com base nesse cenário apresentado sucintamente, este trabalho busca discutir a intensificação do processo de dependência, visto que mesmo com as mudanças neoliberais nos anos 90 o Brasil apresentou baixo crescimento, fragilidade frente às crises internacionais, e má distribuição de renda. Além disso, utiliza-se uma análise dos impactos da abertura comercial, da desregulamentação, da estabilização e das privatizações, conforme a discussão travada entre estudiosos sobre o tema, a fim de identificar seus impactos sobre a economia brasileira.

Após essa introdução, a segunda seção trás o referencial teórico adotado, baseado na concepção cepalina da Teoria do Desenvolvimento, bem como uma abordagem da Teoria da Dependência e uma apresentação do Consenso de Washington. Na terceira seção são identificadas as medidas neoliberais adotadas pelo Brasil, como a abertura comercial, a estabilização de preços e as privatizações, além dos impactos econômicos ocasionados por estas políticas. Na última seção, serão apresentadas as principais conclusões deste estudo.

2 O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a América Latina passou a sofrer uma série de mudanças em suas estruturas econômicas, políticas e sociais. Este processo de transformação foi impulsionado pela própria realidade da região, visto que os países latino-americanos não estavam inseridos na economia global. Buscava-se um novo modelo de desenvolvimento, a fim de solucionar problemas que não encontravam apoio dos EUA, já que este país voltava seus interesses à reconstrução da Europa e do Japão (CASTRO, 2008).

A não inserção da América Latina no comércio internacional foi acentuada a partir da crise de 1929, em que os países mais avançados diminuíram suas importações oriundas da América Latina, ocasionando o colapso do modelo primário-exportador utilizado pela região. A abundância de terras e recursos naturais permitiam o cultivo de produtos de primeira necessidade, destinados à exportação. Após a década de 30, a receita gerada pela venda dos bens primários foi reduzida, ocasionando a diminuição das importações latino-americanas. Desta forma, buscou-se solucionar o problema da escassez de divisas através de um modelo de desenvolvimento voltado "para dentro", ou seja, o modelo de substituição de importações que será discutido no item 2.1 deste trabalho (CASTRO, 2008).

Segundo Medeiros e Serrano (1999, p. 131, *apud* MATHIAS 2000), "o protecionismo, a autarquia e a substituição de importações foram uma resposta natural e praticamente inevitável a essas mudanças, que se configuram numa brutal redução na capacidade de importar da periferia e numa situação de escassez de divisas permanente".

Existia o desafio de desenvolver dentro dos países latinos os produtos até então importados, estimulando a formação de indústrias e garantindo o suprimento do mercado interno (CARDOSO; FALETTO, 1984).

Além disso, percebe-se que nas décadas de 50 e 60 a América Latina apresentou um elevado crescimento populacional, devido a redução dos índices de mortalidade e altas taxas de natalidade. Esta explosão demográfica ocorreu através da melhora nos padrões de saúde pública, a partir de auxílios médicos e sanitários provenientes de organizações internacionais, como a ONU. Juntamente com o aumento do número de habitantes, intensificava-se o processo de urbanização,

refletindo a necessidade de políticas de emprego, saúde e educação para o desenvolvimento da região (ESTRADA, 2008).

Sentia-se a necessidade de uma Teoria Econômica desenvolvida para os países periféricos, a qual pudesse identificar os problemas específicos da região, visto que os países desenvolvidos ocupavam-se com a reconstrução das nações destruídas pela Segunda Guerra Mundial, enquanto esqueciam-se dos problemas latino-americanos.

Tendo em vista o contexto apresentado, surge na América Latina a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), responsável pela elaboração de estudos com o intuito de identificar os problemas do continente e proporcionar a superação do subdesenvolvimento.

Como principais objetivos, a CEPAL defendia a substituição de importações como forma de reduzir a vulnerabilidade externa frente às crises internacionais; a formação de um parque industrial nacional, capaz de produzir bens de maior valor agregado e garantir a acumulação de capital; o planejamento econômico e a implantação de um sistema de contas nacionais, evitando erros na implementação de políticas; o papel do Estado como protetor das indústrias nacionais, participando ativamente do processo de crescimento econômico (BIELSCHOWSKY, 2000).

Entretanto, observa-se que o sistema de substituição de importações entra em decadência, pois as nações latino-americanas sentiam grandes dificuldades na substituição de bens intermediários, bens duráveis de consumo e bens de capital, devido ao complexo processo de fabricação desses produtos. Desta forma, ocorria apenas uma mudança na pauta de importações da região e não sua auto-suficiência. Com a elevação dos juros norte-americanos e o segundo choque do petróleo em 1979, a economia da América Latina foi abalada pela restrição externa e pela escassez de financiamento internacional, fazendo com que o modelo de substituição de importações fosse abandonado (MATHIAS, 2000).

Apesar do esforço industrial promovido nos países latino-americanos, percebeu-se que problemas como a má distribuição de renda, o endividamento externo e a subordinação tecnológica permaneciam, impossibilitando a superação da condição periférica (MATHIAS, 2000).

O período entre 1950/1980, contextualizado acima, será abordado no próximo item deste trabalho, tratando das principais características da CEPAL, desde a sua criação até o colapso do modelo de substituição de importações.

2.1 COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE

Em 1948 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com o objetivo de analisar o atraso da América Latina frente aos países desenvolvidos, buscando métodos para superar o subdesenvolvimento. Esta comissão defendia que a industrialização poderia solucionar problemas como a pobreza e a dependência externa, proporcionando o desenvolvimento econômico da região latino-americana (SANTOS, 2000).

Dentre os estudos elaborados pela Cepal, destaca-se o foco na análise da Teoria do Desenvolvimento que buscava identificar quais eram as principais barreiras que bloqueavam a implantação da modernidade industrial e tecnológica na região. Para esta corrente, o conceito de subdesenvolvimento correspondia ao nível de desenvolvimento industrial. Além disso, acreditava-se que a modernização deveria ocorrer nos campos econômico, social, institucional e ideológico (SANTOS, 2000).

A recomendação da Cepal aconselhava a transformação do modelo primário-exportador para um desenvolvimento voltado para dentro, ou seja, um crescimento possibilitado pela industrialização, a qual promoveria o emprego e o desenvolvimento. A substituição de importações seria o principal instrumento motivador para o surgimento de indústrias nacionais. Caberia ao estado ser o provedor dos meios necessários para a modernização do parque industrial nacional (SANTOS, 2000).

Contudo, a CEPAL argumentava que a modernização produtiva da América Latina exigiria a importação de bens de capital. Desta forma, as exportações teriam grande importância na obtenção de divisas, as quais seriam utilizadas na compra de equipamentos e máquinas (SANTOS, 2000).

Além disso, a comissão defendia que o subdesenvolvimento latino-americano era resultado do período exportador, único fator responsável pela geração de renda nacional, enquanto que nos grandes centros esta renda era composta por investimento autônomo e inovações tecnológicas. Argumentava-se que a América Latina produzia bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica e importava bens com demanda doméstica em expansão. A relação da região com o mundo poderia ser comparada a uma periferia que se reporta ao grande centro. Percebia-se que a pequena parcela da população mais rica copiava os padrões de

consumo norte-americanos, mesmo quando estes eram inadequados ao nível de renda dos subdesenvolvidos (SANTOS, 2000).

Segundo Furtado, muitos economistas e governantes buscavam soluções através da análise de experiências dos países desenvolvidos, contudo não se davam conta que suas respostas estavam na compreensão do subdesenvolvimento. Bielschowsky enfatiza este pensamento, afirmando que o desenvolvimento latino americano era um processo inédito (FURTADO, 1970).

Outros fatores relevantes identificados pela Cepal, estão relacionados à estrutura produtiva pouco diversificada da região e à utilização de tecnologias heterogêneas. Nos países centrais, verificava-se alta produtividade, com estrutura diversificada e a incorporação de tecnologias que eram facilmente transmitidas. Desta forma, ficava claro que o processo de crescimento e a absorção de progresso técnico na América Latina era distinto daquele visto no grupo dos países mais industrializados, com renda per capita superior. Tornava-se essencial buscar soluções baseadas nas condições específicas do local (BIELSCHOWSKY, 2000).

Como proposições básicas, a Teoria Cepalina destacou o papel estimulador do crescimento e desenvolvimento via industrialização e a deterioração dos meios de troca, que serão abordados com maiores detalhes na sequência.

2.1.1 Industrialização

Entre o período de 1945 a 1954, observou-se na América Latina um amplo processo de industrialização e urbanização, impulsionado pelo crescimento médio de 5,8% ao ano, o que fortaleceu a idéia cepalina de que a indústria era fator essencial para a promoção do desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000).

A CEPAL defendia que o modelo primário-exportador, herdado do período colonial, era extremamente especializado e seus reflexos econômicos não eram suficientes para manter o crescimento da renda, do emprego e da produtividade (COLISTETE, 2001).

Argumentava-se que as estruturas produtivas latino-americanas deveriam ser mais diversificadas, ou seja, a região deveria obter renda com produtos de diversos setores e não depender somente do setor primário. Além disso, as tecnologias utilizadas não eram uniformes, acarretando na má difusão do progresso técnico para o restante da economia e na baixa produtividade (COLISTETE, 2001).

A Teoria Cepalina acreditava que a diversificação industrial seria capaz de promover a superação do subdesenvolvimento, a medida que absorveria o excedente populacional, elevaria a produtividade através da incorporação de novas técnicas e geraria um aumento na renda (BIELSCHOWSKY, 2000).

Contudo, a partir dos anos 70 percebeu-se que a industrialização ocorria em setores mais tradicionais, com baixa intensidade de capital. O processo de substituição de importações não havia promovido o fim da condição periférica, a medida que só substituiu a pauta de importações. Os países latino-americanos ainda dependiam dos desenvolvidos, principalmente no acesso a bens de alta tecnologia.

Através da citação de Prebisch (1968, p. 87), percebe-se a preocupação, por parte da CEPAL, em reformular o processo de desenvolvimento da região.

> O desenvolvimento baseado exclusivamente nas exportações tradicionais e na substituição de importações está rapidamente esgotando as suas possibilidades nos países que mais tem avançado no processo da industrialização, pois as exportações aumentam com relativa lentidão, e a continuação do processo substitutivo, para que o desenvolvimento interno se possa realizar num ritmo muito mais forte do que o daqueles, vem encontrando dificuldades cada vez maiores.

Portanto, o modelo de industrialização precisava ser revisto. Neste período inicia-se a discussão sobre a deterioração dos meios de troca, que intensificava a dependência econômica das nações periféricas frente às nações centrais.

2.1.2 Deterioração dos termos de troca

Para tratarmos da deterioração dos termos de troca entre países, faz-se necessário mencionar os estudos sobre o comércio internacional de David Ricardo. Em especial, por volta de 1817, Ricardo elaborou o Princípio das Vantagens Comparativas, com a argumentação de que os países deveriam se especializar naquilo que produziam melhor. Para a compreensão desta teoria, define-se que um país possui vantagem absoluta quando produz maior quantidade de um bem, por unidade de fator de produção. Já o conceito de vantagem relativa refere-se ao comércio internacional, em que cada país deve especializar-se naquilo em que seus custos comparativos são menores e, desta forma, obter vantagens das relações com o exterior (PEREIRA, 2005).

A teoria foi desenvolvida a partir de observações do comércio entre Portugal e Inglaterra, em que portugueses possuíam vantagens absolutas na fabricação de

vinho e tecido, porém a vantagem relativa estaria na produção de vinho e, sendo assim, o país deveria produzí-lo (PEREIRA, 2005).

Ricardo acreditava que o comércio internacional era benéfico mesmo em casos onde a nação pudesse produzir internamente, a custos mais baixos, aquilo que comprava de nações parceiras, desde que as produtividades fossem relativamente distintas (PEREIRA, 2005).

Por fim, o comércio exterior elevaria a eficiência dos recursos disponíveis em cada país, aumentando a renda e a produção das regiões que participassem destas trocas (PEREIRA, 2005).

Como contra-argumentação ao Princípio das Vantagens Comparativas, cabe destacar o trabalho pioneiro de Raul Prebisch publicado em 1949. Este autor foi um dos principais integrantes da CEPAL que há 60 anos atrás iniciou seus estudos sobre a dependência econômica ocasionada pela relação de troca entre as nações. Ricardo acreditava que com a industrialização e os ganhos de produtividade nos países desenvolvidos, os preços tenderiam a baixar e, consequentemente, os países periféricos seriam beneficiados.

Contudo, a CEPAL passou a criticar esta idéia, argumentando que nos países centrais a indústria necessita de um trabalho mais qualificado, aumentando cada vez mais o valor agregado ao produto e obtendo vantagens frente aos países em desenvolvimento (PREBISCH, 2000).

Segundo PREBISCH (2000, p. 83), "os preços não baixaram de acordo com o progresso técnico, pois enquanto, por um lado, o custo tendeu a baixar em virtude do aumento da produtividade, por outro, elevou-se a renda dos empresários e dos fatores produtivos. Nos casos em que a elevação da renda foi mais intensa que a da produtividade, os preços subiram, em vez de diminuir".

Os países subdesenvolvidos possuíam estruturas agro-exportadoras, apresentando grandes dificuldades na agregação de valor aos produtos. O mesmo não acontecia com os países centrais, já que estes beneficiavam o que produziam, obtendo maior renda através das exportações de produtos industrializados. A partir deste ponto, chega-se à conclusão de que existe uma deterioração dos termos de intercâmbio (PREBISCH, 2000).

Em resumo, o problema dos termos de troca pode ser compreendido a partir da citação abaixo, elaborada por Prebisch:

> A origem deste fenômeno está nessa relativa lentidão com que cresce a procura mundial de produtos primários, comparada com a de produtos industriais. Estas disparidades no crescimento da procura não teriam por que trazer baixa alguma nos preços primários, se a produção se ajustasse, contínua e rapidamente, ao ritmo da procura. Para isso, seria indispensável que se cumprissem três condições, que na realidade não se verificam:
> a) que o incremento de população ativa nas atividades primárias se desloque delas na medida em que (ela) não é necessária para que a produção aumente sem exceder o ritmo de crescimento da procura. Esse deslocamento teria de ser tanto mais intenso quanto maior fosse o incremento de produtividade nessas atividades, a par de outros fatores;
> b) que a mão-de-obra assim deslocada encontre ocupação na indústria e em outras atividades absorventes, segundo já foi explicado; e
> c) que a absorção desta mão-de-obra se dê com tanta intensidade que os salários reais dos trabalhadores nas atividades primárias possam subir, de forma a captar o incremento de produtividade das mesmas (PREBISCH, 1964, p. 91-98, *apud* PIRES 1981).

O aumento da renda per capita nos países centrais, fazia com que a absorção de produtos provenientes das nações subdesenvolvidas ocorresse numa velocidade menor. O emprego e a produção em atividades voltadas ao mercado interno eram insuficientes na periferia, bloqueando a elevação de seus salários reais. Desta forma, o aumento da produtividade do trabalho nas atividades para a exportação faziam com que os lucros aumentassem, seguidos por uma oferta abundante e, por este motivo, ocorria queda nos preços, transferindo para o exterior os benefícios gerados pelo progresso técnico na periferia (PREBISCH, 2000).

Constatou-se que a relação desfavorável dos termos de intercâmbio era obstáculo externo para o desenvolvimento da América Latina. A partir deste ponto, inicia-se o debate sobre a reorientação do estilo de desenvolvimento da região, estimulando a evolução do pensamento cepalino, que será abordada no próximo item.

2.2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CEPALINO

Segundo Bielschowsky (2000) a Cepal apresentou desde sua criação um foco sobre as condições reais da América Latina, formulando teorias destinadas aos policy-makers da região. A partir dos anos 50, acreditava-se que a industrialização pudesse solucionar o problema da vulnerabilidade externa. Nos anos 1960, percebeu-se que a indústria da década anterior possuía uma tendência anti-exportadora, existindo a necessidade de reorientar o processo de industrialização. Com a crise internacional nos anos 70 e 80, os países da região acabaram endividados, e novamente percebeu-se que outros estilos de desenvolvimento deveriam ser delimitados (BIELSCHOWSKY, 2000).

Bielschowsky define cinco etapas do pensamento cepalino, organizadas em décadas, cujas características principais serão destacadas nos itens a seguir.

2.2.1 O debate sobre a industrialização (anos 50)

A década de 50 é marcada pelo enfoque nas políticas de industrialização, visando contornar problemas como o subdesenvolvimento e a pobreza, já que neste período ocorria forte processo de urbanização (BIELSCHOWSKY, 2000).

Ainda nesta fase, percebeu-se a necessidade de planejamento para as economias da América Latina, visto que muitos governos não conheciam suas tendências, possuíam poucas estatísticas e sistemas de contas nacionais extremamente precários (BIELSCHOWSKY, 2000).

Como características principais dos anos 50, destacam-se:

a) Defesa da industrialização promovida por um estado protecionista;
b) Escassez de exportações devido à especialização produtiva da região;
c) Escassez de poupança interna, prejudicando os investimentos necessários ao processo de industrialização;
d) Desequilíbrio na balança de pagamentos, visto que a substituição de importações alterava a pauta de importações, ocasionando insuficiência de divisas;
e) Baixa acumulação de capital, pois poucas indústrias eram altamente produtivas;

Além disso, a população passa a migrar das zonas rurais para os grandes centros intensificando o desemprego, visto que as indústrias eram incapazes de absorver a abundante oferta de mão-de-obra (FURTADO, 1979). A partir daí, percebe-se que somente a industrialização não promoveria o desenvolvimento. Era necessário redistribuir para crescer (BIELSCHOWSKY, 2000).

2.2.2 O enfoque na distribuição de renda (anos 60)

Na década de 60, pode-se destacar um modesto crescimento econômico na América Latina. Todavia, a região crescia em meio à instabilidade econômica. O processo de urbanização acelerado ocasionava pobreza e favelização, à medida

que parte da população permanecia ociosa, na busca por emprego (BIELSCHOWSKY, 2000).

Furtado (1979) argumentava que a tecnologia importada utilizava muito capital e pouca mão-de-obra. Sendo o capital escasso na América Latina e a mão-de-obra abundante, a indústria tornava-se incapaz de incorporar este fator, gerando altos níveis de desemprego.

Segundo Bielschowsky (2000), inicia-se um processo de reformas para desobstruir a industrialização da região. As principais características da década são:

a) Reorientação da indústria para produtos de exportação;
b) Dificuldades na absorção e difusão de tecnologia;
c) Intensifica-se o debate sobre dependência econômica, visto que a indústria não conseguia eliminar esta situação, apenas alterava a composição da dependência.

A região deveria melhorar a distribuição de renda, além de realizar reformas em vários setores como nas áreas tecnológica, educacional, financeira e tributária. Sobretudo, deveria ocorrer uma modificação política na região, particularmente nos países em que as ditaduras estavam instaladas (BIELSCHOWSKY, 2000).

2.2.3 Intensificação das exportações e da redistribuição de renda (anos 70)

Pode-se destacar na década de 70, especificamente no ano de 1973, o choque do petróleo que ocasionou uma recessão mundial, fazendo com que a América Latina buscasse o endividamento para continuar seu processo de crescimento (BIELSCHOWSKY, 2000). Ainda, segundo este autor Brasil e México optaram pela continuação da industrialização, bem como pela diversificação de exportações. Já Argentina, Chile e Uruguai iniciaram a abertura comercial de suas economias.

Na metade da década, a CEPAL intensifica a idéia de que as exportações são o caminho para a inserção internacional.

Abaixo estão relacionadas as principais características da época:

a) Aumento das importações e do endividamento;
b) Dificuldades para exportar;

c) Presença de regimes ditatoriais;
d) Industrialização deveria combinar mercado interno com exportações.

A partir dos fatores expostos acima, a CEPAL argumenta que as projeções de crescimento tenderiam a ser baixas para a próxima década, visto que as dívidas exigiam pagamento de juros, além do mau desempenho da região no comércio internacional (BIELSCHOWSKY, 2000).

2.2.4 Ajustes para superar o endividamento (anos 80)

Inicia-se na década de 80 as renegociações das dívidas latino-americanas, através de acordos com o Banco Mundial e o FMI. Ainda neste período, ocorreu a elevação da taxa de juros nos EUA, fazendo com que a dívida da América Latina fosse elevada e reduzindo o fluxo de capitais direcionados à região (FURTADO, 1970). Os pontos centrais desta fase são destacados abaixo:

a) Elevação da dívida e restrições de divisas devido ao aumento dos juros internacionais;
b) Escalada inflacionária em diversos países latino-americanos;
c) Baixo crescimento;
d) Renegociação da dívida externa;
e) Baixa exportação e, consequentemente, forte déficit comercial.

O problema presente na América Latina estava relacionado ao fato de que a região não conseguia obter crescimento e equidade ao mesmo tempo, e este fato vinha perdurando por várias décadas (FAJNZYLBER, 2000).

A partir deste contexto, Fajnzylber passa a discutir o processo de abertura comercial, argumentando que a América Latina deveria acelerar a incorporação de tecnologia, que seria beneficiada pelo livre comércio.

2.2.5 A transformação produtiva com foco na equidade (anos 90)

A industrialização na América Latina até o início dos anos 80, foi marcada pela inserção internacional através de matérias-primas, produção voltada ao

mercado interno, empresariado nacional pouco comprometido e pela cópia dos padrões de consumo norte-americanos (FAJNZYLBER, 2000).

Contudo, a década de 90 trouxe um novo tema, o liberalismo econômico, incentivando a relação comercial entre países e sendo marcada por uma modesta recuperação econômica da América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000).

As características deste período são:

a) Estabilização de preços;
b) Retorno dos fluxos de capitais estrangeiros;
c) Abertura econômica e financeira em grande parte dos países latino-americanos;
d) Intensificação do processo de privatizações;
e) Volta do crescimento, apesar de atingir níveis modestos.

Nesta fase, acentuou-se a discussão sobre a qualificação humana e sua importância, principalmente como fator essencial para a incorporação do progresso técnico de forma eficiente (BIELSCHOWSKY, 2000).

Apesar das conquistas da época como a estabilização de preços e a retomada do crescimento, a situação de subdesenvolvimento não foi superada. Desta forma, a questão da dependência econômica continuou a ser debatida, dada sua mudança de perfil ao longo de todo o período discutido.

2.3 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria da Dependência surge dentro de um contexto em que o capitalismo não era suficiente para promover o desenvolvimento das economias periféricas. Buscava-se a compreensão das limitações do desenvolvimento, devido a existência de países mais avançados na economia mundial. Esta teoria roubou o espaço ocupado até então pela Teoria do Desenvolvimento (SANTOS, 2000).

Como principal objetivo de análise, a Teoria da Dependência buscava identificar o funcionamento da produção capitalista nos países periféricos, visto que o crescimento de muitas destas economias era influenciado por países desenvolvidos. Como pontos de abordagem destes estudos, pode-se citar o imperialismo, a dependência tecnológica, bem como a necessidade de investimentos estrangeiros (SANTOS, 2000).

A dependência representa a relação de subordinação entre centro e periferia, em que países centrais são caracterizados pela grande acumulação de capital e pela presença de parques industriais de alta tecnologia, enquanto as nações periféricas exportam recursos naturais baratos e suas indústrias são especializadas em produtos de valor agregado baixo (SANTOS, 2000).

Esta relação centro-periferia já era debatida pelos autores da CEPAL, argumentando que o contraste entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas estava baseado na heterogeneidade e na especialização produtiva, assunto abordado por este trabalho no item 2.1. Rodriguez (1981) enfatiza que estas duas características da industrialização periférica estão em constante processo de modificações, contudo reaparecem sob outras formas, ou seja, tendem a se perpetuar.

A periferia encontra dificuldades na absorção do progresso técnico, visto que sua estrutura produtiva é atrasada quando comparada aos grandes centros. Por este motivo, a produtividade do trabalho é mais baixa no setor agrário-exportador das nações subdesenvolvidas (RODRIGUEZ, 1981).

O excedente de mão-de-obra nos setores de baixa produtividade faz com que os salários periféricos se deteriorem, resultando na disparidade entre a renda média dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. À medida que a diferença de renda aumenta, intensifica-se o atraso da periferia, fazendo com que a dependência se perpetue (RODRIGUEZ, 1981).

Prebisch enfatiza a questão da dependência na passagem abaixo:

> É certo de que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. (...) Se por coletividade entende-se tão somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro. Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países (PREBISCH, 2000, p. 71-72).

Existia a idéia de que algumas regiões encontravam-se subdesenvolvidas, pois ainda não tinham ingressado no capitalismo. Assim, seria necessário que essas economias passassem por todas as etapas de desenvolvimento seguidas pelos

países centrais. Contudo, o subdesenvolvimento era processo particular e diferenciado, não podendo ser comparado às origens do capitalismo (MACHADO, 1999).

Percebe-se que existe uma hierarquia entre países independentes. As nações centrais podem crescer por si mesmas, no entanto a periferia só obtém crescimento à medida que acompanha o avanço de outros países, dos quais depende economicamente. A partir desta relação de dominação, é comum observar que os interesses tendem a expressar as vontades dos mais fortes (DUARTE; GRACIOLLI, 2004).

Neste contexto, surgem duas versões da Teoria da Dependência: A corrente weberiana, defendida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; e a corrente marxista, com Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Contudo, vale ressaltar que existem questionamentos sobre o caráter weberiano de Cardoso e Faletto, visto que os autores apresentam certos conceitos marxistas em seus estudos.

A versão weberiana da Teoria da Dependência argumentava que a crise relacionada à industrialização na América Latina ocorreu devido ao fracasso do modelo de substituição de importações. Desta forma, a solução para a região estaria no capital estrangeiro, o qual traria a poupança externa sob a forma de tecnologia e divisas (CARDOSO; FALETTO, 1981).

Na concepção de Cardoso e Faletto, defendia-se que o desenvolvimento era um processo social. As distintas classes sociais possuíam interesses próprios, de forma que o grupo dominador era aquele que conseguia impor seus ideais perante outras classes. A partir desta imposição de valores, iniciava-se a modificação da política e da sociedade.

A melhoria na renda e nos padrões de vida seriam obtidos através do crescimento econômico. As desigualdades sociais seriam superadas a partir de políticas impulsionadas pela democracia (CARDOSO; FALETTO, 1981).

Para a corrente marxista, o capital estrangeiro buscava na América Latina lucros que seriam direcionados aos países centrais. Marini (2000) argumentava que as atividades mais dinâmicas das nações periféricas estavam sob o domínio de empresas transnacionais, as quais eram responsáveis pela dinâmica interna da economia.

Para Marini (2000) existe um maior controle dos mercados por parte dos países centrais. O capital das nações desenvolvidas se apropria dos segmentos

mais lucrativos da economia, devido ao maior progresso técnico, impondo relações de troca desiguais à periferia. Além disso, os subdesenvolvidos tendem a perder a dominação sobre seus recursos. Estes fatores causam a transferência da renda das nações dependentes para as dominadoras, ou seja, o enriquecimento de alguns países ocorre com o empobrecimento de outros (MARINI, 2000).

Os países dependentes sentem-se incapazes de reduzir a disparidade tecnológica, responsável pela perda de mercados e pela queda nos preços de seus produtos, compensando lucros através da superexploração da mão-de-obra. Ou seja, a acumulação de capital baseia-se na exploração do trabalho através de redução salarial, aumento da jornada ou intensificação do trabalho (DUARTE; GRACIOLLI, 2004).

Existe uma relação inversamente proporcional entre máquinas/tecnologia e a contratação de trabalhadores. Quando ocorre o crescimento do capital, a demanda por trabalhadores diminui. Os indivíduos desempregados formam um exército industrial de reserva, pressionando os setores industriais na busca por emprego. Este exército fica disposto a trabalhar em troca de salários mais baixos, submetendo o sistema a um estado de instabilidade. Por fim, a disputa por empregos faz com que os trabalhadores empregados tenham uma carga excessiva de exploração, gerando o enriquecimento dos capitalistas (DUARTE; GRACIOLLI, 2004).

Outro ponto abordado por Marini (2000) refere-se ao conceito de subimperialismo, ou seja, o empresariado latino-americano transfere ao exterior parte de sua acumulação, visto que a dependência tecnológica impede que esta classe seja capaz de concorrer mundialmente.

A dependência que antes era caracterizada por trocas desiguais, passa a ter sentido mais amplo. Os países periféricos passam a depender de tecnologia, direitos autorais, fluxos de capitais especulativos, investimentos externos, endividamento externo, dentre outros. Destaca-se, nesta nova fase do processo de dependência, a divulgação de políticas monetárias e neoliberais impostas por organismos multilaterais, como é o caso do Consenso de Washington que será discutido no próximo item deste trabalho.

2.4 O CONSENSO DE WASHINGTON

O Consenso de Washington surgiu em 1989, a partir de um seminário que reuniu economistas norte-americanos, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. As políticas abordadas pelo consenso faziam referência ao neoliberalismo, voltadas para as reformas e planos de estabilização das economias em desenvolvimento, mais precisamente para os países da América Latina (RAMPINELLI; PETRAS 1998).

Organizadas pelo economista inglês John Willianson, as conclusões do encontro foram adotadas como imposições nas negociações de dívidas externas. Ou seja, os países que buscavam empréstimos junto ao FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias às políticas neoliberais (NEGRÃO, 1998).

O neoliberalismo defende que a economia deve ser conduzida pela lei do mercado. Para este ideário, a intervenção estatal prejudica o desenvolvimento e inibe a iniciativa privada. As principais idéias difundidas pelo Consenso de Washington são:

1. Disciplina fiscal: Os gastos públicos são uma das ferramentas utilizadas pela política fiscal. Quando o governo altera suas despesas, ele atinge a demanda agregada ao influenciar as decisões de consumo das famílias e empresas. Os formuladores de políticas econômicas ao reduzirem os gastos públicos, atingem os agentes econômicos que se sentem desestimulados a consumir. Em conseqüência, ocorre uma redução na produção e no emprego. O neoliberalismo aconselha o superávit primário através do corte de despesas, ou seja o governo deve arrecadar mais do que gasta para amortizar parte das dívidas acumuladas, para isto torna-se necessária uma política fiscal contracionista (RAMPINELLI; PETRAS 1998).
2. Reformas tributárias: Através da tributação, o governo de um determinado país impõe obrigações à população, às corporações e às propriedades, como fonte para cobrir gastos do governo ou necessidades públicas. O Consenso de Washington defendia que a base de arrecadação tributária deveria ser elevada, proporcionando maior arrecadação para pagamento de dívidas da nação (RAMPINELLI; PETRAS 1998).
3. Taxa de câmbio competitiva: A taxa de câmbio representa o custo de uma moeda quando comparada à outra. Quando o câmbio encontra-se desvalorizado, a moeda

nacional torna-se mais barata em relação à moeda externa, favorecendo as exportações e tornando-as mais baratas para o exterior.

4. Privatizações: O processo de privatização é caracterizado pela venda de empresas estatais para a iniciativa privada. Os objetivos fundamentais das privatizações são transferir ao setor privado atividades exploradas indevidamente pelo governo, reduzir a dívida pública através da receita gerada pela venda, retomar os investimentos nas atividades repassadas ao setor privado e estimular a modernização das empresas. Desta forma, o governo pode concentrar seus esforços em atividades em que a presença do Estado seja fundamental, priorizando as necessidades da nação (SOUZA, 2008).

5. Desregulamentação: Podemos entender a desregulamentação como a eliminação de restrições às atividades econômicas e financeiras. A partir do momento em que um governo decide reduzir sua regulamentação, ele atrai novos investidores que se sentem estimulados a aplicar seus recursos em locais onde encontram os melhores benefícios. Como consequência da desregulamentação, também podemos citar a maior liberdade na tomada de decisões e a criação de oportunidades de negócios (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

6. Direitos de propriedade: Para o neoliberalismo os direitos de propriedade devem ser aplicados pelo país. A existência de leis fracas e sistemas judiciários pouco desenvolvidos desestimulam o processo de acumulação de riqueza (NAIM, 2000).

7. Taxas de juros: Quando a taxa de juros de um país é real e positiva pode trazer benefícios à nação. Esta taxa torna-se atraente aos investidores, impedindo a fuga de capitais. Além disso, a população passa a investir e acumular, aumentando os níveis de poupança (NAIM, 2000).

8. Liberalização financeira: O neoliberalismo argumenta que o estado deve permitir que instituições financeiras internacionais atuem em igualdade com as nacionais, obtendo ganhos através da concorrência entre as empresas do setor (NAIM, 2000).

9. Livre comércio: A liberalização do comércio está relacionada a uma economia aberta que interage com outras economias do mundo. O comércio internacional permite que uma nação possa consumir grande variedade de bens e serviços provenientes de todo o mundo, enquanto ela se dedica ao que produz melhor. Atualmente, o comércio internacional tem sido impulsionado por fatores como melhorias nos transportes, avanços nas telecomunicações que permitem às

empresas contatarem clientes distantes com maior facilidade, e progresso tecnológico que produz bens leves e fáceis de transportar (NEGRÃO, 1998).

10. Eliminação de restrições ao capital externo: Atração de novos investidores que se sentem estimulados a aplicar seus recursos em locais onde encontram os melhores benefícios. Além disso, o capital externo pode auxiliar no processo de absorção tecnológica nos países em desenvolvimento (NAIM, 2000).

Com a queda do comunismo europeu e o colapso do sistema soviético, as idéias propostas pelo consenso foram amplamente difundidas, em oposição ao modelo de participação ativa do estado, inspirado pela CEPAL (BATISTA, 1994).

Pregava-se, até então, na América Latina que os países periféricos deveriam proteger suas indústrias e economias, devido à exploração dessa região por parte dos países centrais. Todavia, com a crise da dívida nos anos 80, as nações altamente endividadas passaram a buscar auxílio junto aos organismos internacionais, que em troca exigiam a adoção das reformas neoliberais (BATISTA, 1994).

A integração entre as economias mundiais foi intensificada nos anos 90, através do desenvolvimento tecnológico, principalmente no setor de telecomunicações. A internet permitiu a aceleração no fechamento de negócios, aumentando o comércio entre as nações (NAIM, 2000).

Com a expansão comercial possibilitada pela abertura dos mercados, o fluxo de capitais entre os países tornou-se mais acentuado, fazendo com que as empresas buscassem maiores lucros através de investimentos no mercado financeiro (NAIM, 2000).

Esta mobilidade de capitais permitiu aos investidores a movimentação de seus patrimônios, de acordo com as expectativas do mercado. Contudo, os países periféricos tornaram-se vulneráveis a estes movimentos, necessitando recorrer a organismos como o FMI para enfrentar a situação de fuga de divisas. Ou seja, existe uma contra partida, em que a nação recebe ajuda do exterior, porém deve manter as políticas difundidas pelo Consenso de Washington (NAIM, 2000).

Além disso, a mobilidade dos fatores produtivos permitiu a instalação de empresas multinacionais que organizam a produção onde há custos menores, obtendo assim maiores lucros. Desta forma, existe uma tendência em que os países ricos concentram em seus territórios as empresas de alta tecnologia, enquanto

levam indústrias intensivas em mão-de-obra para as regiões periféricas, onde o trabalho é abundante (NAIM, 2000).

Percebe-se que as políticas sugeridas pelo Consenso como uma maior carga tributária, congelamento de investimentos públicos e elevação na taxa de juros acarretaram baixo crescimento nos países em desenvolvimento. Desta forma, o próximo capítulo deste trabalho visa identificar as principais medidas neoliberais adotadas pelo Brasil e suas conseqüências para o desenvolvimento da economia do país.

3 A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: O IDEÁRIO NEOLIBERAL

Antes de adotar os princípios neoliberais, o Brasil sofreu forte influência cepalina, à medida que seguiu as recomendações propostas pela comissão visando a modernização do parque industrial nacional, utilizando o modelo de substituição de importações e protegendo sua indústria nascente (VASCONCELLOS; GREMAUD, 2006).

Desde a criação da CEPAL até meados da década de 80, o país utilizou-se da política industrializante na busca pela autonomia nacional, aumentando tarifas de importação e restrições não tarifárias. Desta forma, reduzia-se a participação brasileira no comércio mundial, enquanto deixava-se de lado a oportunidade de obter ganhos relacionados ao setor externo (SILBER, 2002).

Com a crise dos anos 80, a economia brasileira passou a enfrentar dificuldades relacionadas aos seus compromissos externos, como pagamento de amortizações e serviços da dívida. Iniciou-se o processo de desvalorizações cambiais, com o objetivo de promover as exportações e inibir as importações, na busca pelo equilíbrio da balança comercial. Ou seja, percebe-se que a grande preocupação da política econômica dos anos 80 estava no ajuste externo (FERRARI, 2003).

Contudo, o Brasil vivia um período marcado pela instabilidade financeira e pela recessão, além de elevada inflação, aumento da dívida externa, baixo crescimento e aperto salarial. Verificou-se que o modelo defendido pela CEPAL não havia promovido a superação da condição periférica dos países latino-americanos (VASCONCELLOS; GREMAUD, 2006).

Com o fim do regime ditatorial e com o fracasso das medidas contra a crise e a inflação, surgiram as condições necessárias para a implementação de inovações políticas e econômicas. A partir deste cenário, o ideário neoliberal ganha força e passa a ser adotado pelo Brasil na década de 90, introduzido no governo de Collor e intensificado na presidência de Fernando Henrique Cardoso (GENNARI, 2002).

Em março de 1990, Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito, após 30 anos sem eleições diretas no país. O cenário econômico brasileiro que Collor encontrou foi bastante preocupante. Segundo Silveira (2005), a inflação havia ultrapassado 80% ao mês e a economia encontrava-se estagnada. As propostas deste novo governo demonstravam a ruptura com o modelo de

crescimento utilizado até então, a partir da adoção de políticas recomendadas pelo Consenso de Washington. Visava-se a uma menor participação do Estado na economia, a redução de proteções tarifárias, a abertura comercial e financeira e privatizações (SILVEIRA, 2005).

Este conjunto de políticas representou um marco para a história econômica do país, conforme cita Filgueiras (2000):

> Com o governo de Collor e seu plano econômico, assistiu-se a uma ruptura econômico-política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimento do Brasil na década de 1990. Pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no estado e na relação do país com o resto do mundo, com características liberais (FILGUEIRAS, 2000, p. 84).

Contudo, após a tentativa de dois planos frustrados contra a inflação (Collor I e Collor II) e a revelação de corrupção, Fernando Collor foi destituído do cargo no fim de 1992, culminando na ascensão de seu vice, Itamar Franco (SILVEIRA, 2005). Apesar de suas tentativas em buscar o retorno nacionalista, Itamar logo retomou o programa do Consenso de Washington, visto que, em 1993, Fernando Henrique assumiu o ministério da fazenda.

Como ministro, FHC lançou o Programa de Ação Imediata (PAI). As características básicas deste plano eram a desestatização da economia e maior abertura aos produtos e capitais estrangeiros. O PAI entendia que o problema inflacionário brasileiro era consequência de uma desordem financeira e administrativa do setor público (VASCONCELLOS; GREMAUD, 2006).

Paralelamente a implantação do PAI, a equipe de Fernando Henrique trabalhava na elaboração do Plano Real. Este, por sua vez, seria a continuação do PAI, sendo implementado ainda no Ministério da Fazenda e continuaria com a presidência da república (VASCONCELLOS; GREMAUD, 2006).

A intensificação do processo de liberalização econômica veio com a posse de Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995, sendo que o foco da política econômica desse governo estava na estabilização monetária (ALCOFORADO, 1998).

Com as medidas de abertura comercial e a sobrevalorização do câmbio adotadas por FHC, as importações cresceram, elevando a oferta de produtos e limitando a escalada de preços. Desta forma, o controle da inflação estava

garantido, porém as empresas nacionais sofriam com a concorrência estrangeira, visto que não estavam preparadas tecnologicamente para competir com bens provenientes do exterior (VIEIRA, 2003).

Além disso, percebia-se que mesmo com as reformas neoliberais, o país ainda enfrentava recessão. O setor exportador não possuía modernização suficiente para competir com o exterior. O capital estrangeiro de caráter especulativo tornava o país vulnerável a crises externas, ocasionando perda de divisas. A combinação entre crescimento de importações e baixa exportação, ocasionava déficits na balança comercial (VIEIRA, 2003). O Brasil apresentava forte vulnerabilidade externa, devido ao excessivo endividamento e incapacidade de crescimento sustentável (FERRARI, 2003).

A partir dos problemas identificados acima, os próximos itens procuram discutir as políticas neoliberais implantadas durante a década de 90 e suas conseqüências para a economia brasileira. Serão destacados pontos como a estabilização de preços, privatizações, abertura econômica e desregulamentação.

3.1 A ABERTURA ECONÔMICA NOS ANOS 90

A partir da década de 90, inicia-se no Brasil a adoção das políticas propostas pelo Consenso de Washington. Esperava-se que a abertura econômica proporcionasse competitividade para as empresas nacionais, até então ineficientes devido a forte proteção estatal. Além disso, a liberalização permitiria aumento da produtividade, crescimento do produto, aceleração da difusão tecnológica e melhora na distribuição de renda (SILBER, 2002).

No início da década, o país enfrentava alta inflação, necessidade de captação de recursos para financiamento público e câmbio desvalorizado devido à crise dos anos 80. As políticas adotadas na época visavam reverter o quadro de estagnação econômica através de restrições fiscais, controle monetário, apreciação cambial e inserção do Brasil na economia mundial (FERRARI, 2003).

Divulgava-se que o liberalismo econômico visava a auto-regulação dos mercados, promovendo uma melhor alocação dos recursos produtivos e gerando ganhos às nações. Segundo passagem do Banco Mundial (2002, *apud* FERRARI 2003), "reduction in world barriers to trade could accelerate growth, provide stimulus

to new forms of productivity-enhancing specialization, and lead to a more rapid pace of job creation and poverty reduction around the world".

A liberalização do comércio exterior promoveu o crescimento das importações brasileiras, visto que em 1990 foi estabelecida a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), a qual reduziu as barreiras não-tarifárias e promoveu o decréscimo gradual das tarifas de importação, visando baixar de 37,4% para 32,1% no ano de 1990 e atingir 14,2% em 1994. Destacam-se ainda, medidas como a isenção de tarifas para produtos sem similar nacional e o fim do Anexo C de 1988, o qual proibia a compra de 1200 produtos estrangeiros (NASCIMENTO, 2002).

Além disso, Collor acabou com os incentivos fiscais concedidos ao setor exportador, argumentando que estes estímulos deveriam ser substituídos por aumento de produtividade e maior competitividade, o que muitas vezes não era possível devido ao baixo grau de modernização das empresas nacionais. Outro fator que desestimulava as exportações era a valorização cambial do período, à medida que encarecia o produto nacional (FERRARI, 2003).

Percebe-se que o comércio internacional brasileiro intensificou-se durante a década de 90. A partir da valorização cambial, as importações em dólar cresceram 21,8%, enquanto as exportações sofreram um aumento de 6,8%. Com isso, a balança comercial deteriorava-se e prejudicava o crescimento do país (GIAMBIAGI, 2005).

Em relação à liberalização financeira, podem-se destacar as medidas adotadas para estimular o ingresso de capitais no país. Desde a crise de 80, ocorria a escassez de empréstimos e financiamentos ao Brasil, situação que só foi superada com a renegociação da dívida e com a abertura da economia (NASCIMENTO, 2002).

Através da desregulamentação ocorreu a facilitação da entrada e saída de capitais estrangeiros, foi permitida a aplicação de recursos externos em títulos de renda fixa no mercado financeiro brasileiro, foi eliminado o imposto de renda sobre as remessas ao exterior referentes aos dividendos e lucros e reduziram-se ou extinguiram-se os prazos de permanência do capital estrangeiro no país (SILBER, 2002).

Contudo, iniciou-se no país a manutenção de altas taxas de juros como fator principal na atração de recursos internacionais. Desta forma, o mercado de capitais passou a demonstrar movimentos especulativos de curto prazo, caracterizando

maior vulnerabilidade do país frente às economias mundiais. Os empréstimos externos e os investimentos diretos passaram a ser essenciais ao financiamento dos desequilíbrios econômicos do Brasil (NASCIMENTO, 2002).

Em relação aos gastos públicos, Fernando Henrique criou a Lei da Responsabilidade Fiscal e o programa de ajuste fiscal. Como objetivos principais, visava a redução de despesas com pessoal nas esferas municipal, estadual e federal, o controle intenso das contas públicas através de metas fiscais e a obtenção de superávits primários que auxiliariam na contenção da inflação (GIAMBIAGI, 2005).

O ajuste contou com medidas como a ampliação da tributação, a redução dos prazos de recolhimento de impostos e a cobrança de IOF em diversas operações (BRITO; MENDES, 2004).

A tabela abaixo demonstra a evolução da dívida pública no período de 1994-1999:

TABELA 1 – RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO (% do PIB), 1994-99

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Resultado Primário	-5,1	-0,4	0,1	1,0	0,0	-3,1

FONTE: N. SOUZA (2008, p. 262)

As medidas fiscais faziam-se necessárias no período, visto que o Consenso de Washington defendia que o superávit fiscal proporcionaria uma melhor manutenção no pagamento das dívidas da nação (RAMPINELLI; PETRAS 1998).

Enfim, o desequilíbrio na balança comercial, a alta vulnerabilidade relacionada aos capitais estrangeiros e os problemas fiscais interferiram no crescimento do país. Enquanto nos anos 1980 a 1989, década de grande instabilidade e mau desempenho econômico, o PIB médio foi de 2,9% ao ano, a década de 90 trás um índice ainda pior, com PIB médio de 1,7% ao ano (FERRARI, 2003).

A estabilização de preços foi um dos pilares fundamentais do processo de reorganização econômica dos anos 90. De modo que os reflexos sobre a economia foram sentidos por todos os agentes. Sem dúvida, este é um elemento essencial para se discutir o cenário econômico brasileiro na década de 90 de forma correlacionada com o tema do aprofundamento da dependência.

3.2 O CONTROLE DA INFLAÇÃO PROPORCIONADO PELO PLANO REAL

Após o fracasso de 5 planos contra a inflação (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II), o Plano Real surgiu em um novo contexto baseado na economia aberta, o que permitiu a utilização de instrumentos que não estavam presentes nos planos anteriores, como a âncora cambial e a entrada de capital externo para financiar o déficit público (SILBER, 2002).

Segundo Giambiagi (2005), o Plano Real foi criado a partir da concepção de que a inflação era fruto do desajuste das contas públicas, sendo dividido em três fases. A primeira delas caracterizava-se pelo ajuste fiscal, visando equilibrar as contas do governo. A segunda etapa baseava-se na criação da Unidade Real de Valor (URV), implantada em março de 1994, representando um padrão de valor estável. Por fim, a terceira fase tratava do controle de emissão de moeda, visando garantir a estabilidade de preços.

Na busca pelo ajuste fiscal, foram criados o Programa de Ação Imediata (PAI), em maio de 93, e o Fundo Social de Emergência (FSE), em fevereiro de 94. O PAI representava o conjunto de medidas para a contenção dos gastos públicos, fiscalizando estados e municípios no combate à sonegação e estabelecendo novos tributos. Já o FSE tinha como objetivo garantir os recursos necessários para o financiamento de problemas emergenciais, oriundos do processo de estabilização (GIAMBIAGI, 2005).

A segunda fase baseava-se na criação de um padrão de valor que pudesse servir como medida de conta. A URV não estava contaminada pela inflação e passou a ser utilizada como indexador da economia. Em julho de 1994 a maioria dos contratos e preços estavam sendo cotados em URV, iniciando-se a terceira fase do plano, a conversão para a moeda Real (GIAMBIAGI, 2005).

Podemos resumir as etapas do Plano Real conforme citação de Souza (2008, p. 231), em que "a engenharia explícita do Plano era a seguinte: ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas, URV para realinhar preços e salários e troca da moeda para recuperar sua credibilidade".

O Plano obteve êxito no combate à inflação, contudo não foi capaz de reverter o problema do crescimento econômico e o desajuste das contas públicas. Como se pode identificar através da tabela abaixo, apesar da estabilização, a valorização cambial no primeiro mandato de FHC provocou um profundo

desequilíbrio externo, ocasionando baixo crescimento econômico e altas taxas de juros para atrair capital estrangeiro (GIAMBIAGI, 2005).

TABELA 2 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB E INFLAÇÃO (%), 1993-98

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
PIB	4,9	5,9	4,2	2,7	3,3	0,2
INPC	2.489,00	929	22	9,1	4,3	2,5

FONTE: N. SOUZA (2008, p. 258)

A estabilização foi um processo dependente do setor externo. A abertura comercial facilitava a entrada de bens no país, à medida que o câmbio valorizado barateava o produto estrangeiro. O crescimento das importações fez com que ocorresse um aumento na oferta do Brasil, impedindo a elevação de preços (FERRARI, 2003).

O governo argumentava que as importações iriam estimular a concorrência, fazendo com que as empresas nacionais se modernizassem visando maior competitividade. Entretanto, não foi isso que se observou, visto que as empresas brasileiras passaram a sofrer com o impacto dos juros altos que dificultava o crédito, enquanto perdiam o mercado interno para as concorrentes estrangeiras (SOUZA, 2008).

Com o baixo crescimento das exportações e a intensificação das importações, ocorreu a deterioração da balança comercial brasileira. Os déficits passaram a ser financiados pelo capital externo, atraídos por altas taxas de juros. Com isso, intensificou-se a vulnerabilidade externa do país, visto que o Brasil passou a sofrer ataques especulativos durante a década de 90 (FERRARI, 2003).

Além disso, os déficits públicos, antes financiados pelo imposto inflacionário, passaram a ser sustentados pelo investimento estrangeiro e pelas privatizações, que serão tema do próximo item deste trabalho.

3.3 AS PRIVATIZAÇÕES BRASILEIRAS

As privatizações brasileiras foram intensificadas nos governos de Collor e FHC. Acreditava-se que a venda das empresas estatais promoveria a diminuição da dívida interna, a modernização do parque industrial através da melhora da qualidade

dos produtos, o aumento da competitividade e proporcionaria novos investimentos (BRITO; MENDES, 2004).

O processo de desestatização era visto como fator fundamental na obtenção de financiamentos junto às organizações multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI. Conforme ocorriam as vendas das empresas brasileiras, o país demonstrava que estava disposto a seguir as recomendações do Consenso de Washington, na busca por uma maior inserção internacional (GIAMBIAGI, 2005).

Segundo Giambiagi (2005), o total arrecadado pelas privatizações no governo de Fernando Henrique chega a US$ 100 bilhões. Na tabela abaixo pode-se verificar o total de desestatizações no período de 1991 a 1998:

TABELA 3 – BRASIL: PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES (1991-98)

Setor	Número de Empresas
Aço	8
Petroquímica	27
Energia Elétrica	3
Ferrovias	6
Mineração	2
Telecomunicações	21
Outras	40
Total	107

FONTE: R. BAUMANN (1999, p. 25)

O estímulo às privatizações na década de 90 estava baseado na idéia de que a estabilização econômica só seria possível com a redução do déficit público. Esperava-se que a receita gerada pela venda das estatais pudesse amenizar o déficit, reduzindo a necessidade de empréstimos e emissão de moeda (GIAMBIAGI, 2005).

Fica claro identificar a preocupação com o ajuste fiscal, visto que o país passou a aceitar títulos representativos da dívida pública federal como forma de pagamento das empresas privatizadas (SIQUEIRA, 2003). A passagem de PINHEIRO e LANDAU, (1995, p. 3, *apud* BRITO; MENDES, 2004) corrobora a afirmação da frase anterior, pois cita que "é na América Latina, de fato, onde a privatização tem sido mais frequentemente acoplada a esquemas de trocas de ações por dívida. Em parte isso se explica pela importância da dívida externa na crise que a região viveu na década passada".

Segundo Souza (2008), as privatizações brasileiras amenizaram a dívida interna, porém contribuíram para o aumento da dívida externa, bem como para a deterioração da balança comercial do país. O aumento do capital estrangeiro no Brasil é acompanhado pelo crescimento das remessas de lucros e dividendos para o exterior. Soma-se a isso o fato de que as empresas controladas por estrangeiros tendem a comprar de seus fornecedores estrangeiros, contribuindo para o aumento das importações no país.

Para Brito e Mendes (2004), o processo de desestatização pode ser prejudicial à medida que transfere o patrimônio nacional para o exterior, aumentando a vulnerabilidade da economia frente às oscilações internacionais. O país perde o controle sobre setores estratégicos da economia, como mineração e energia, transferindo aos estrangeiros decisões econômicas relevantes.

Em outras palavras, percebe-se que a década de 90 é marcada pela intensificação de dependência brasileira em relação aos países desenvolvidos, visto que as idéias divulgadas pelo Consenso de Washington aparecem como exigências, explícitas ou não, para uma maior inserção internacional.

Mesmo após a adoção do neoliberalismo, o Brasil não superou a condição de país "em desenvolvimento". Percebe-se que o período esteve estagnado economicamente. O déficit primário do governo perdurou por longo tempo, índices apontavam crescimento menor do que o observado na década perdida e o desemprego aumentava.

O próximo capítulo deste trabalho analisa essa nova dependência externa da década de 90, bem como busca identificar e discutir quais os ganhos e perdas do período em questão de forma a apresentar algumas conclusões sobre esse processo ocorrido recentemente no país.

4 OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DEPENDÊNCIA NO BRASIL

A abertura econômica brasileira, iniciada nos anos 90, e a estabilização de preços proporcionada pelo Plano Real não foram suficientes para a promoção de um crescimento sustentável no país.

Com a adoção do ideário neoliberal, defendido pelo Consenso de Washington, esperava-se que o Brasil pudesse superar o subdesenvolvimento e o baixo crescimento econômico, recuperando o equilíbrio das contas públicas, aumentando receitas a partir da ampliação do comércio, realizando investimentos provenientes da intensificação dos fluxos de capitais internacionais e proporcionando uma melhor distribuição de renda para a população. Porém, muitas destas expectativas otimistas não foram consolidadas durante a década.

Segundo Coutinho (1996), apesar da liberalização econômica ter contribuído para a contenção da inflação no Brasil, a "inundação" de produtos importados nos anos 90 ocasionou problemas relacionados à balança comercial e à desindustrialização de alguns setores do país.

O aumento do consumo de bens produzidos fora da nação e o baixo nível de exportações ocasionaram elevados déficits comerciais que tinham como fonte de financiamento o capital externo. Desta forma, a vulnerabilidade brasileira intensificava-se à medida que era necessário manter altas taxas de juros como forma de garantir a entrada de investimentos estrangeiros (CINTRA, 1999).

Em outras palavras, devido a facilidade de entrada e saída de capitais nos mercados internacionalizados e desregulamentados, os recursos tinham tendência especulativa e apresentavam alta volatilidade, buscando elevados prêmios de risco (COUTINHO, 1996).

A necessidade de investimentos internacionais para o financiamento do déficit brasileiro aumentou o pagamento de juros e as remessas de lucros e dividendos para o exterior. Este movimento fez com que o passivo externo do país se elevasse, aumentando a dependência em relação ao ingresso de capitais (CINTRA, 1999).

Para enfatizar o aumento da dívida, Cintra (1999) argumenta que no final de 1995 a dívida externa era de US$ 159,3 bi. Já em dezembro de 1998, o valor subiu para US$ 243,2 bi. Ou seja, o capital estrangeiro financiava os déficits da balança comercial brasileira, possibilitando o aumento das importações. Contudo, o problema

de escassez de divisas foi prorrogado, visto que o consumo presente foi financiado por uma dívida futura (MATHIAS, 2000).

Em relação ao retrocesso industrial de alguns setores, Laplane e Sarti (1997) argumentam que a abertura da economia lançou as empresas brasileiras em uma concorrência desleal com as multinacionais, as quais aliavam alta produtividade, baixos custos e amplo conhecimento tecnológico, desestimulando o empreendedorismo nacional.

O investimento estrangeiro buscava essencialmente atender o mercado interno, sem se interessar pelo setor exportador, prejudicando a geração de excedentes industriais destinados à cobertura do déficit comercial (ARAUJO, 2004).

Enquanto Goldenstein (1998) defende a economia globalizada, baseada na revolução tecnológica, financeira, comercial e promotora de uma melhor eficiência do parque industrial nacional, Coutinho (1996) contra-argumenta, enfatizando que a globalização não é um fenômeno benigno para os setores produtivos dos países em desenvolvimento.

Destaca-se o problema da especialização regressiva, abordado por Coutinho (1996), baseado na idéia de que o capital estrangeiro não tinha interesse em investir nos setores de maior nível tecnológico e com maior agregação de valor. Na verdade, existia a preferência por segmentos de baixa tecnologia e commodities, ocorrendo a reprimarização da produção na segunda metade da década de 90 (PEREIRA, 2001).

Através da ampla abertura econômica, a estrutura produtiva brasileira tornou-se concentrada em ramos de baixa tecnologia, enquanto intensificou-se a dependência relacionada a produtos importados de maior valor agregado, além de desestimular a diversificação da pauta nacional de exportações (ARAUJO, 2004). Esta afirmação pode ser corroborada pelo trecho abaixo:

> O papel do país na dinâmica internacional contemporânea ficou restrito ao de exportador de produtos industriais tradicionais e de importador de produtos e serviços de alta tecnologia. Assim, perdeu-se a capacidade de direcionar o crescimento autônomo que derivaria do investimento industrial nos novos setores dinâmicos. E subordinou-se a política econômica e as metas de crescimento da economia às flutuações dos mercados de capitais mundializados, que passam abruptamente da euforia à depressão (KREGEL, 1996, p. 43, *apud* CINTRA, 1999).

Em relação às privatizações, pode-se dizer que foram formas temporárias de geração de receitas para a redução do déficit público. Além disso, a venda das empresas estatais acentua o problema da transferência das decisões de

investimento e exportação para outros países. O Brasil perde sua autonomia, assistindo a desnacionalização dos segmentos produtivos nacionais (ARAUJO, 2004).

Além disso, pode-se destacar a velocidade com que as medidas neoliberais foram introduzidas na economia brasileira, acelerando o processo de privatizações e acarretando numa subavaliação dos preços das empresas nacionais (MATHIAS, 2000).

Não seria correto afirmar que os reflexos do capital estrangeiro são sempre negativos. E não é esta a proposta deste trabalho. Contudo, busca-se destacar que a globalização, conforme o modo como é articulada localmente, pode enfraquecer economias em desenvolvimento, conforme argumentação apresentada acima. Autores como Coutinho (1996), Cintra (1999) e Araújo (2004), destacam a importância do setor exportador como forma de reduzir os problemas relacionados à abertura econômica e financeira, através da geração de superávits comerciais e da redução da dívida externa.

Portanto, verificou-se que a adoção do Consenso de Washington pelo Brasil ampliou o grau de dependência externa. Abaixo serão destacados alguns dos fatores que contribuíram para o aumento da vulnerabilidade do país, são eles:

i. O ingresso de capitais estrangeiros continuou sendo extremamente importante durante a época, visto que era fonte de financiamento do balanço de pagamentos;
ii. A ampla abertura comercial fez com que o país aumentasse a dependência em relação a produtos importados e de alta tecnologia;
iii. O investimento externo, em sua maior parte, tinha caráter especulativo e buscava a aquisição de patrimônio já existente. Desta forma, os recursos não foram canalizados para novos investimentos e crescimento econômico (MATHIAS, 2000);
iv. A ocorrência da "armadilha do crescimento econômico", ou seja, a melhora conjuntural inicial dinamizava a economia, aumentando a procura por importados, que por sua vez provocava déficits na balança comercial, desequilibrando as transações correntes (FERRARI, 2003).

Basicamente, a subordinação periférica diagnosticada pela CEPAL era caracterizada por trocas desiguais. Com a liberalização nos anos 90, a concepção de dependência torna-se mais ampla, visto que as nações menos desenvolvidas

passam a depender de tecnologia, direitos autorais, capitais especulativos e endividamento externo.

A adoção de políticas de liberalização e desregulamentação por países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, tornaram essas economias sujeitas a perigos como a fuga de capitais, ataques especulativos e instabilidade cambial (FERRARI, 2003).

A perda da autonomia nacional devido ao elevado grau de dependência frente aos países desenvolvidos fez com que ocorresse a estagnação da economia brasileira na década de 90 (baixo crescimento, aliado ao boom de importações que contribuiu para elevados déficits e prejuízos à competitividade da indústria local). Os juros elevados e o controle do câmbio produziram efeitos negativos sobre a balança de pagamentos, impossibilitando o crescimento sustentando (MATHIAS, 2000).

A partir das dificuldades verificadas e discutidas neste trabalho, logo após a adoção do neoliberalismo no Brasil ocorre a impressão de que o país acreditava que a vulnerabilidade externa era fato inevitável frente à globalização mundial. Fica claro que o maior objetivo brasileiro estava na estabilização monetária, através da estratégia de controle cambial. Deixa-se em segundo plano as preocupações nacionais referentes à qualidade da abertura, o acompanhamento do dinamismo comercial, bem como os ajustes das contas externas e a redução da dependência do capital estrangeiro.

Os países desenvolvidos, em especial os EUA, passaram a ser a força financeira da economia brasileira, garantindo implicitamente o controle sobre as decisões de política econômica nacional. Afinal, o auxílio externo proveniente de organismos como o FMI e o Banco Mundial exigiam contrapartidas, como ajustes recessivos e implantação de políticas recomendadas.

Vale ressaltar que as exigências feitas pelos órgãos internacionais visavam o ajuste das economias periféricas, objetivando o equilíbrio das contas públicas para a retomada do crescimento. Contudo, os países latino-americanos não estavam preparados para estas mudanças, visto que suas economias apresentavam alto endividamento, baixa assimilação tecnológica e parque industrial pouco competitivo. Em outras palavras, as nações latino-americanas não tinham condições para se moldarem as recomendações do Consenso de Washington, pois vivenciavam uma situação de maior fragilidade.

A vulnerabilidade do Brasil nos anos 90 representa a incapacidade de resistência da economia frente aos choques externos. O país vivia em meio às incertezas, visto que qualquer manifestação brusca ou de pânico nos mercados internacionais colocavam em risco a economia brasileira.

Por fim, os prejuízos maiores foram sentidos pela população do país, visto que as políticas restritivas aumentavam o desemprego e intensificavam o problema da má distribuição de renda, ocasionando o aumento da pobreza e a piora das condições de vida dos brasileiros, tal como bem enfatizou Ferrari (2003).

5 CONCLUSÕES

Dentro do assunto pesquisado, conclui-se que o processo de dependência econômica nos anos 90 foi intensificado.

Mesmo com o esforço industrial sugerido pela CEPAL a partir dos anos 50, o Brasil e grande parte das nações latino-americanas na década de 90 ainda apresentavam baixa assimilação tecnológica, dependência de bens intermediários e de capital, necessidade de endividamento externo e capital estrangeiro. Ou seja, parte do excedente da periferia era enviado aos grandes centros na forma de lucros, royalties, patentes, juros e deterioração dos termos de troca, não sendo investidos internamente.

O processo de substituição de importações defendido pela CEPAL, era visto como uma fase na busca por uma estrutura produtiva mais eficiente. Esperava-se que com um parque nacional mais diversificado as exportações pudessem aumentar. Desta forma, ao contrário do que muitos pensam, a comissão não possuía um viés anti-exportador e totalmente protecionista. Na verdade, a CEPAL conhecia os benefícios do comércio mundial e buscava fortalecer a indústria interna para que a inserção internacional fosse possível.

Com a crise dos anos 80, o modelo de substituição de importações foi abandonado, visto que as economias da América Latina encontravam-se endividadas, estagnadas e com altas taxas de inflação. Este cenário foi essencial para a difusão do neoliberalismo, já que as nações latino americanas buscavam auxílio financeiro junto aos órgãos multilaterais e, em troca, adotavam as medidas defendidas pelo Consenso de Washington.

Analisando o caso brasileiro, percebe-se que desde a implantação do ideário neoliberal em 1990 o país teve como principal objetivo a estabilização monetária, deixando em segundo plano as preocupações referentes ao setor exportador e às questões sociais como a má distribuição de renda, o desemprego e a pobreza.

O Brasil foi prejudicado não pela abertura comercial, mas sim pelo baixo nível de comércio que apresentava. Políticas que objetivavam maior inserção no comércio mundial e maiores níveis de exportações não foram priorizadas, ocasionando dificuldades na sustentação das importações e problemas na balança comercial. O capital estrangeiro tornou-se essencial para o financiamento dos déficits comerciais, implicando num aumento da vulnerabilidade brasileira frente aos choques externos.

Por fim, vale destacar que as medidas utilizadas pelos países centrais na busca pelo desenvolvimento não serviria à América Latina, pois as diferenças históricas e estruturais eram evidentes. O subdesenvolvimento brasileiro (e latino-americano) tinha caráter particular e diferenciado, necessitando de estudos próprios e específicos para a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFORADO, F. **De Collor a FHC**: o Brasil e a nova (des)ordem mundial. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

ARAUJO, F. T.; SILVA, C. L. (2004) A vulnerabilidade externa da economia brasileira: um estudo sob o enfoque das questões tecnológicas, produtivas e comerciais. **Revista da FAE**, v. 7, n.1, p. 35-50.

BATISTA, P. G. (1994) **O Consenso de Washington**: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: <http://humbertocapellari.wordpress.com/2006/06/20/o-consenso-de-washington-leia-com-atencao-e-interesse-redobrado-2/> Acesso em: 01/04/2010.

BAUMANN, R. **Brasil: uma década em transição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRITO, E. H. G.; MENDES, A. (2004) **Os impasses da política econômica brasileira nos anos 90**. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_04/garcia.htm> Acesso em: 09/04/2010.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

CASTRO, J. **Breves considerações sobre a América Latina no imediato pós Segunda Guerra Mundial 1945-1948**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CINTRA, M. A. M. (1999) **Dependência sem desenvolvimento**: os limites e contradições da inserção internacional brasileira dos anos 90. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/97/cintra.pdf> Acesso em: 15/05/10.

COLISTETE, R. P. (2001) **O desenvolvimento cepalino**: problemas teóricos e influências no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-01420010001000004> Acesso em: 14/03/2010.

COUTINHO, L. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, R. (Org). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 219-237.

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. (2004) **A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf> Acesso em: 16/03/2010.

ESTRADA, D. (2008) **Cepal, 60 anos marcando caminhos**. Disponível em: <http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=3773> Acesso em: 14/03/2010.

FAJNZYLBER, F. Industrialização na América Latina: Da "caixa-preta" ao "conjunto vazio". In: BIELSCHOWSKY, R. (Org). **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

FERRARI, F. (2003) **Política comercial, abertura econômica e vulnerabilidade externa da economia brasileira a partir dos anos 1980**: análise e perspectivas. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/ixcongresso85.pdf> Acesso em 09/04/2010.

FILGUEIRAS, L. A. M. **História do Plano Real**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1979.

GENNARI, A. M. (2002) **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(21)adilson_marcos.pdf> Acesso em: 14/04/2010.

GIAMBIAGI, F.; CASTRO,L.B. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOLDENSTEIN, L. (1998) **Repensando a dependência após o Plano Real**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000200009&script=sci_arttext> Acesso em 15/05/10.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**: Teoria e Política. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

LAPLANE, M.; SARTI, F. (1997) Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. **Economia e Sociedade**, n. 8, p. 143-181.

MACHADO, L. T. (1999) **A Teoria da Dependência na América Latina**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ea/v13n35/v13n35a18.pdf> Acesso em: 14/03/2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATHIAS, J. F. C. M. (2000) **Considerações sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro no século XX**. Disponível em: <http://www.moraesjunior.edu.br/pesquisa/cade4/consideracoes_modelo_desenvolvimento_brasileiro.doc> Acesso em: 02/05/2010.

NAIM, M. (2000) **O Consenso de Washington ou a confusão de Washington?** Disponível em: <http://www.funcex.com.br/bases/64-Consenso%20de%20Wash-MN.PDF> Acesso em: 19/03/2010.

NASCIMENTO, R. S. S. (2002) **A política econômica externa do governo Collor**: Liberalização comercial e financeira. Disponível em: <http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/_Arquivos/Jan_Jul_04/PDF/Artigo_Rangel.pdf> Acesso em: 09/04/2010.

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o neoliberalismo**. São Paulo, 2008.

PEREIRA, L. C. B. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, C. N. (Org). **Intelectuais e Política no Brasil: A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 201-232.

PEREIRA, S. W. (2001) **As mudanças no padrão de comércio brasileiros e seus vínculos com a estrutura produtiva**: uma análise das mudanças ocorridas na década de 90. Disponível em: <http://200.145.76.116/producao2/projetos/arquivos/140705fapespwspereira.pdf> Acesso em: 15/05/10.

PIRES, E. (1981) Deterioração dos termos de troca e intercâmbio desigual. **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 2, p. 101.

PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org). **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

RAMPINELLI, W. J.; PETRAS, J. **No fio da navalha**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998.

RODRIGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SANTOS, Theotônio. **O debate sobre a dependência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILBER, S. D. (2002) **Mudanças estruturais na economia brasileira (1988-2002)**: Abertura, Estabilização e Crescimento. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/simao.pdf> Acesso em 05/04/2010.

SILVEIRA, R. C. **Neoliberalismo**: conceito e influências no Brasil – de Sarney a FHC. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SIQUEIRA, S. S. **Instituições e privatizações**: Uma análise do Programa Brasileiro de Desestatização. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/gestaoesociedade/article/view/610/570> Acesso em: 21/04/2010.

SOUZA, N. A.; **Economia Brasileira Contemporânea**: De Getúlio a Lula. 2. ed.São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELLOS, M.; GREMAUD, A. P. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, A. **A abertura da economia brasileira e os aspectos práticos e operacionais da exportação**. 106 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de pós-graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.